



**ATA DE CONFERÊNCIA DA VERACIDADE DAS CERTIDÕES CONSTANTES DA
HABILITAÇÃO JURÍDICA, PERTINENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2017, DE 18 DE
MAIO DE 2017, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2017.**

Às 9h do dia 13 de junho de 2017, na Sala de Licitações, no Centro Administrativo Municipal, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designados pela Portaria nº 24.034, de 02 de junho de 2017, composta por **MARISTELA TERESINHA DA SILVA**, como presidente, **TIAGO JOSÉ ZANGEROLAMI** e **THAÍS CRISTINE SCHULZ** como membros, para conferência, da autenticidade das Certidões que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista, inerentes a Habilitação Jurídica das empresas participantes da Tomada de Preços nº 004/2017, de 19 de maio de 2017. Inicialmente, a Comissão de Licitações procedeu à análise das Certidões constantes no subitem 7.1.3 Da Regularidade Fiscal e 7.1.4 Da Qualificação Técnica, alíneas "a" e "c". Chegando-se ao seguinte resultado. A empresa **MARCOS EVANDRO MOELLMANN & CIA. LTDA** apresentou o cartão **CNPJ sob nº 09.273.484/0001-17**, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa relativa aos Débitos da Receita Federal, Balanço Patrimonial e Índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, com a razão social de "**LABOR CONSTRUTORA LTDA – ME**" igualmente sob **CNPJ nº 09.273.484/0001-17**. Já o Alvará, Certidão Negativa de Débitos da Secretaria da Fazenda Estadual e Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão de Registro da Pessoa Jurídica, junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Sul, Atestados de Capacidade Técnica, além da Certidão Judicial Cível Negativa e a CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, bem como, todas as Declarações assinadas pelo representante legal, de que exige o instrumento convocatório, com a razão social de "**MARCOS EVANDRO MOELLMAN & CIA. LTDA**". A Certidão Positiva com Efeitos de Negativa relativa aos Débitos da Receita Federal da empresa em questão, não é autêntica, conforme prova em anexo. Além disso, confrontando o Balanço Patrimonial apresentado pela empresa e a Declaração de Enquadramento de MICROEMPRESA, assinada pelo representante legal e pela contadora **CLARICE DE FÁTIMA FRANÇA CIOTTI, CRC-RS 05995107**, conforme prevê o Edital, observamos que a Demonstração da Receita Bruta, conforme "Demonstrativo de Resultado", apurado em 31/12/2016 é de **R\$ 1.721.847,01** (um milhão setecentos e vinte e um mil oitocentos e quarenta e sete reais e um centavo). Lembrando que o enquadramento de microempresa se dá quando o faturamento anual da empresa não é superior a **R\$ 360.000,00** (trezentos e sessenta mil reais), conforme Boletim Técnico nº 132/2016 da DPM – Delegações de Prefeituras Municipais e Artigo 3º, inciso I da Lei Complementar Nº 123/2006, em anexo. Restando assim, a empresa "**MARCOS EVANDRO MOELLMAN & CIA. LTDA**", inabilitada. Quanto à documentação relativa a Habilitação Jurídica das demais empresas participantes, não houve divergência com o Edital. Mantendo-se habilitadas. Fica reaberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme prevê o artigo 109, da Lei 8.666/93. Nada mais havendo foi lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão de Licitações.


MARISTELA TERESINHA SIQUEIRA DA SILVA
Presidente Comissão de Licitação


TIAGO JOSÉ ZANGEROLAMI
Membro Comissão de Licitação


THAÍS CRISTINE SCHULZ
Membro Comissão de Licitação